



INFORMATIVO GIAC 190, de 5 de julho de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Giac solicitou informações sobre eventual aplicação de doses de vacina contra a Covid-19 fora do prazo de validade

O Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) enviou, na sexta-feira (2), ofícios ao Ministério da Saúde e à Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) solicitando informações sobre eventual aplicação de doses de vacina da AstraZeneca fora do prazo de validade. Segundo notícias veiculadas na imprensa, cerca de 26 mil doses vencidas do imunizante teriam sido aplicadas em 1,5 mil municípios.

O documento foi dirigido ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, com cópia à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), responsável pelo Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, solicitando as datas das remessas dos lotes das vacinas aos estados e os respectivos prazos de validade, de modo a verificar se foram enviadas com tempo suficiente para serem distribuídas e aplicadas pelos municípios. Em caso de ter havido aplicação de vacinas após o prazo de validade, deve esclarecer quais as providências tomadas junto aos órgãos estaduais e municipais incumbidos da execução do programa.

Já à Anvisa, o Giac pede que esclareça, caso tenha ocorrido a aplicação de doses vencidas, se há comprometimento à saúde das pessoas e à eficácia do imunizante. Também pergunta qual a orientação dada pela agência aos órgãos federal, estaduais e municipais quanto à utilização ou ao descarte das doses vencidas e quais as providências necessárias para prevenir eventuais efeitos adversos nas pessoas que receberam o imunizante fora dos prazos de validade. Nos dois casos, foi estabelecido prazo de cinco dias para que as autoridades respondam aos questionamentos.

No início da noite, a SVS informou à coordenadora do Giac que a pasta já estaria preparando Nota Técnica sobre o caso para esclarecer a população.

Íntegra

[Ofício à Anvisa](#)

[Ofício ao Ministério da Saúde](#)

Giac encaminhou ofício ao Ministério da Saúde sobre os protocolos de vacinação contra a Covid-19 na Paraíba

Em atendimento a pedido dos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho na Paraíba, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) encaminhou, na quinta-feira (1º), ofício ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, solicitando a análise e a adoção de providências relacionadas ao protocolo de vacinação contra o novo coronavírus no estado paraibano.

Em razão da constatação de discrepâncias no ritmo de avanço da vacinação na Paraíba, foi solicitada a avaliação sobre a possibilidade de promover a distribuição dos imunizantes contra a Covid-19 naquele estado, com fator de equalização por acréscimo de doses para municípios que ainda se encontram abaixo da média de cobertura vacinal, a fim de garantir maior isonomia ao processo de imunização.

Íntegra

[Ofício nº 217/2021/CNF/GIAC-COVID19](#)

Fonte: Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Audiências realizadas pela Comissão no Senado Federal, bem como a pauta prevista para os próximos dias:

- [4/5/2021- Oitiva do ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta](#)
- [5/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde Nelson Teich](#)
- [6/5/2021- Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)
- [11/5/2021- Oitiva do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\), Antonio Barra Torres](#)
- [12/5/2021 – Oitiva do ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência Fábio Wajngarten](#)
- [13/5/2021 – Oitiva do Gerente Geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo](#)
- [18/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo](#)
- [20/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde General Eduardo Pazuello](#)
- [25/5/2021 – Oitiva da Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro](#)
- [26/5/2021 - Audiência deliberativa](#)
- [27/5/2021 – Oitiva do Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas](#)
- [1/6/2021 - Oitiva da médica oncologista e imunologista Nise Hitomi Yamaguchi](#)
- [2/6/2021 – Oitiva da Ex-Secretária de Enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde, Luana](#)

Araújo

- 8/6/2021 - Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga
- 9/6/2021 – Oitiva do Coronel Antônio Elcio Franco Filho
- 10/6/2021 – Oitiva do Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima (não comparecimento do governante)
- 11/6/2021 – Audiência Pública Interativa com os especialistas Nathália Pasternak, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), e Cláudio Maierovitch, médico sanitaria da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ex-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- 15/6/2021 – Oitiva do ex-Secretário de Saúde do Amazonas Marcellus Campelo
- 16/6/2021 – Oitiva do ex-Governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel
- 17/6/2021 – Oitiva de Carlos Wizard Martins (não comparecimento) e do auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) Alexandre Figueredo Costa Silva Marques (oitiva adiada)
- 18/6/2021 – Audiência Pública Interativa com o médico infectologista Ricardo Dimas Zimmerman e com o médico Francisco Eduardo Cardoso Alves
- 22/6/2021 – Oitiva de Osmar Terra
- 24/6/2021 – Debate com a Diretora-Executiva da Anistia Internacional e Coordenadora do Movimento Alerta, Jurema Werneck, e com o epidemiologista Pedro Hallal
- 25/6/2021 – Oitiva do Deputado Federal Luís Miranda (DEM-DF) e seu irmão, Luís Ricardo Miranda, Chefe da Divisão de Importação do Ministério da Saúde
- 29/6/2021 – Oitiva do Deputado Estadual do Estado do Amazonas Fausto Vieira dos Santos Junior
- 30/6/2021 – Oitiva de Carlos Wizard Martins (oitiva remarçada após o não comparecimento do empresário, no dia 17 de junho de 2020)
- 1º/7/2021 – Oitiva do Representante da Empresa Davati Medical Supply Luiz Paulo Domingueti Pereira
- 6/7/2021, às 9h – Oitiva da servidora do Ministério da Saúde Regina Célia Silva Oliveira
- 8/7/2021 – Oitiva do Deputado Federal Ricardo Barros

Para mais informações e consulta aos expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

Fonte: Senado Federal; Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Acompanhamento das informações e medidas implementadas pelo Governo Federal no combate à pandemia

Dando continuidade ao compromisso de acompanhar as informações e medidas implementadas para

combate à pandemia decorrente do coronavírus, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) tem acompanhado as reuniões promovidas pelo Congresso Nacional. Confira, a seguir, os resumos dos encontros:

- **Senado Federal**

- **Comissão Temporária Interna da Covid-19**

- [Reunião com parlamentares e o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, para tratar sobre as medidas adotadas pelo Ministério da Saúde em resposta à crise sanitária decorrente da Covid-19](#)
- [Reunião com parlamentares e o Ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar sobre a situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à pandemia. \(25/6/2020, às 11h\)](#)

Próximas reuniões

Entre os dias 6 e 9 de julho, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados realizarão audiências públicas acerca de temáticas relacionadas à Covid. Para participar, acesse os links:

- **Câmara dos Deputados**

- [Retorno ao trabalho pelas gestantes que concluíram o ciclo das vacinas \(6/7/2021, às 14h\)](#)
- [Retomada econômica e geração de emprego e renda no pós-pandemia \(8/7/2021, às 10h30\)](#)

- **Senado Federal**

- [Os desafios na produção nacional de vacinas \(9/7/2021, 15h\)](#)

Fonte: Câmara dos Deputados; Senado Federal; Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

MPF/AP denunciou ex-Prefeita de Oiapoque/AP e mais três pessoas por desvio de insumos utilizados no enfrentamento da Covid-19

O Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) denunciou Maria Orlanda, ex-Prefeita de Oiapoque/AP, e mais três pessoas por desviarem, da rede municipal de saúde, medicamentos, materiais e testes de diagnóstico para a Covid-19. A denúncia, protocolada na última semana, decorre das investigações da Operação Panaceia, deflagrada em duas fases em junho de 2020.

Além da ex-prefeita, são denunciados Igor Garcia, filho dela, Caio Lazamé, atualmente vereador de Oiapoque, e Mayko Matos, responsável por empresa contratada para aplicação de testes de Covid-19 no município.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal no Amapá

MPF propôs ação de improbidade administrativa em face do ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello

O Ministério Público Federal enviou à Justiça, na quarta-feira (30), ação de improbidade administrativa contra o ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por danos ao erário estimados em quase R\$ 122 milhões, em razão de omissões e negligência no enfrentamento da Covid-19, e violação aos princípios da Administração Pública. No processo, o MPF pleiteia ressarcimento integral do prejuízo, pagamento de multa de até duas vezes o valor do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e proibição de contratar com o Poder Público.

A ação enviada à 20ª Vara de Justiça federal é resultado de um inquérito civil instaurado inicialmente por representação de um cidadão comum. Em seguida, ela foi juntada a diversos outros pedidos de investigação apresentados por agentes públicos e entidades civis. Os representantes apontavam, sobretudo, irregularidades e omissões ocorridas na gestão do Ministério da Saúde e outros órgãos do governo, no combate à Covid-19.

O processo tramita sob o n. 1045647-83.2021.4.01.3400 e, provisoriamente, em segredo de justiça por conter documentos protegidos por sigilo legal.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República no Distrito Federal

MPF/PR acionou a Justiça para garantir a adoção de medidas sanitárias na Ponte Internacional da Amizade e compensação de prejuízos causadas com a reabertura do local

O Ministério Público Federal no Paraná (MPF/PR) ajuizou ação civil pública, na quinta-feira (1º), com pedido liminar de tutela de urgência, para que a União garanta imediatamente o reforço de medidas de vigilância sanitária de fronteira entre Brasil e Paraguai, notadamente na Ponte Internacional da Amizade. O órgão também requer que a União amplie a capacidade de testagem da população de Foz do Iguaçu/PR e realize aportes financeiros ao município paranaense para compensação dos prejuízos sofridos pelo sistema público de saúde com a reabertura da ponte. Desde outubro de 2020, quando a ponte reabriu, houve explosão de casos confirmados e de mortes por Covid-19 na 9ª Regional de Saúde de Foz do Iguaçu (PR), levando ao colapso o sistema de saúde da Macroregional-Oeste.

Íntegra

Petição Inicial (Ação Civil Pública nº 5009.8574.4.2021.4.04.7002)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal no Paraná

MPF/PE interpôs recurso para manter a Operação Apneia na Justiça Federal

O Ministério Público Federal em Pernambuco (MPF/PE) interpôs recurso no Tribunal Regional Federal

da 5ª Região (TRF-5) para que seja mantida a competência da Justiça Federal no julgamento do processo em que são acusados os responsáveis pela venda criminosa de respiradores pulmonares, à Prefeitura do Recife, sem a devida autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O caso integra as investigações realizadas no âmbito da Operação Apneia e é de responsabilidade dos Procuradores da República Silvia Regina Pontes Lopes e Cláudio Dias.

O recurso foi interposto contra decisão da 1ª instância da Justiça Federal que determinou a incompetência dessa esfera judicial para julgar o caso. Na fundamentação, a 36ª Vara Federal considerou que julgamento de crimes contra a saúde pública compete à Justiça Estadual, além de considerar que outro processo também relacionado à Operação Apneia (nº 0810085-30.2021.4.05.8300) havia sido direcionado para a esfera estadual.

Autos nº 0811729-08.2021.4.05.8300, em curso na 13ª Vara Federal em Pernambuco.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público em Pernambuco

ANS promoverá reunião para discutir sobre a inclusão de mais um teste diagnóstico para Covid-19 no rol de procedimentos obrigatórios dos planos de saúde

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) promoverá, na próxima quinta-feira (8), das 14h às 18h, reunião técnica para debater acerca da inclusão de mais um teste diagnóstico para Covid-19 no rol de procedimentos obrigatórios dos planos de saúde. O evento poderá ser acompanhado pelo [canal da ANS no Youtube](#).

Fonte: Agência Nacional de Saúde Suplementar

Anvisa atualizou comunicado para recomendar a suspensão da vacinação de gestantes com imunizantes que utilizam vetor adenoviral

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou, na sexta-feira (2), atualização do Comunicado GGMON 006/2021 para recomendar a suspensão da vacinação de gestantes com imunizantes que utilizam vetor adenoviral, como é o caso da AstraZeneca e da Janssen, em razão da possível associação entre as vacinas de vetor adenoviral e casos de trombose em combinação com trombocitopenia (TTS).

De acordo com o documento, os riscos de desenvolvimento da TTS são baixíssimos, podendo ocorrer em 0,1% a 0,5% do total de vacinados. Contudo, trata-se de uma condição rara e grave, caracterizada por falta de ar, dor no peito, inchaço na perna, dor abdominal persistente e sintomas neurológicos, como dores de cabeça fortes e persistentes (que não cedem ao uso de analgésico) ou visão turva. Para melhor evolução clínica, o comunicado indica que a TTS deve ser identificada e tratada de maneira precoce.

A Anvisa ressaltou que, considerando a avaliação da relação risco-benefício, mantém-se a recomendação pela continuidade da vacinação dos demais públicos-alvos com os imunizantes de AstraZeneca e Janssen. Entretanto, é contraindicada a administração dessas vacinas em pacientes que sofreram

trombose venosa e/ou arterial importante, em combinação com trombocitopenia, após a imunização com qualquer vacina para a Covid-19.

Íntegra

[Comunicado GGMON 006/2021](#)

Anvisa publicou esclarecimento sobre aplicação de vacina com prazo de validade expirado

Após a divulgação de notícias relacionadas à suposta aplicação de vacinas da AstraZeneca com prazo de validade expirado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) esclareceu que cabe à autarquia a avaliação da qualidade, segurança e eficácia das vacinas e das condições de fabricação das empresas envolvidas na produção do insumo farmacêutico ativo (IFA) e do produto acabado.

Dessa forma, a agência afirmou que não incumbe à Anvisa a aquisição, a distribuição e a aplicação dos imunizantes incorporados ao Programa Nacional de Imunização (PNI). Além disso, destacou que não recebeu solicitação de análise sobre a ampliação do prazo de validade do imunizante, bem como não foi consultada sobre a aplicação do produto fora do prazo definido em bula.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Conass e Conasems divulgaram nota sobre a suposta aplicação de vacinas contra a Covid-19 fora do prazo de validade

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) publicaram nota conjunta, na sexta-feira (2), sobre a suposta aplicação de vacinas contra a Covid-19 fora do prazo de validade. De acordo com as instituições, todos os casos concernentes ao fato serão investigados e não se descarta, por ora, a ocorrência de erro do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Além disso, o Conass e o Conasems ressaltaram que o número de casos identificados corresponde 0,0026% de todas doses aplicadas no País e que todos os profissionais destacados para aplicação das vacinas adotam as boas práticas de vacinação.

Íntegra

[Nota sobre a suposta aplicação de vacinas contra a Covid-19 fora do prazo de validade](#)

Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

Covid-19: CNJ publicou acompanhamento do Sistema Prisional e Socioeducativo

Boletim produzido pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Penitenciário (DMF/CNJ), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, apontou que, desde o surgimento da pandemia no país até 29 de junho de 2021, foram registrados, entre servidores do sistema prisional e presos, 514 óbitos e 87.420 casos de casos da Covid-19. No sistema

socioeducativo, ocorreram 94 óbitos de servidores e adolescentes privados de liberdade e 10.217 casos de infecção pelo novo coronavírus.

Monitoramento do contexto local sob a ótica da Covid-19 - Além do acompanhamento de casos e óbitos no âmbito do sistema prisional e socioeducativo, o CNJ, por intermédio dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais (GMFs), divulgou a 26ª edição do Monitoramento Local Covid-19.

A publicação abrange informações referentes às unidades da federação que enviaram dados acerca da criação de comitês de acompanhamento de ações para enfrentamento da propagação da Covid-19 (art. 14 da Recomendação nº 62/2020), repasse de recursos federais para prevenção à Covid-19, destinação de verbas oriundas de penas pecuniárias (art. 13 da Recomendação nº 62/2020), realização de testes para diagnóstico da Covid-19, vacinação contra a Covid-19, bem como disponibilização de recursos e equipamentos ao sistema penitenciário e socioeducativo.

Vacinação – Atualmente, o CNJ dispõe de dados sobre a vacinação de pessoas privadas de liberdade e profissionais dos sistemas prisional e socioeducativo de vinte estados (Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe).

Segundo o órgão, 116.349 doses da vacina contra a Covid-19 foram aplicadas em servidores e presos no sistema prisional. Já no sistema socioeducativo, foi apurada a aplicação de 19.824 doses de imunizantes em servidores e adolescentes privados de liberdade.

Íntegra

[Boletim CNJ de Monitoramento Covid-19 – Registro de casos e óbitos](#)

[26ª Edição do Monitoramento Local Covid-19](#)

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Fiocruz divulgou esclarecimento sobre lotes da vacina AstraZeneca supostamente aplicados fora da validade

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) esclareceu, na sexta-feira (2), que os lotes das vacinas AstraZeneca, supostamente, aplicadas fora do prazo de validade não foram produzidas pela instituição. Segundo a Fiocruz, parte dos lotes referem-se a imunizantes que foram importados prontos do Instituto Serum, na Índia: "todas as doses das vacinas importadas da Índia (Covishield) foram entregues pela Fiocruz em janeiro e fevereiro dentro do prazo de validade e em concordância com o MS, de modo a

viabilizar a antecipação da implementação do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, diante da situação de pandemia".

Já os demais lotes, de acordo com a fundação, foram fornecidos pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Decisão do STJ estabeleceu que verbas recebidas a título de Auxílio Emergencial são impenhoráveis

Em decisão no Recurso Especial nº 1935102, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou entendimento pela impenhorabilidade das verbas recebidas a título de Auxílio Emergencial, as equiparando às verbas de caráter salarial. O julgado seguiu a [Resolução nº 318, de 7 de maio](#), elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos magistrados cautela para que quantias recebidas como Auxílio Emergencial não sejam objeto de penhora.

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Projeto S: Estudo do Butantan constatou a redução de 95% de óbitos após vacinação em massa com a vacina CoronaVac

O Instituto Butantan em parceria com o laboratório chinês Sinovac promoveu o Projeto S, o qual consistiu em vacinar em massa toda a população de Serrana, em São Paulo, com a vacina CoronaVac. De acordo com informações veiculadas pelo Ministério da Saúde, cerca de 28 mil adultos foram vacinados e a pandemia no local foi controlada: "ao atingir-se uma cobertura vacinal de aproximadamente 75% da população adulta do município, foi possível controlar a epidemia no local", explicou o Butantan.

Com a vacinação em massa e o controle da pandemia, as internações no município caíram em 86%, os óbitos registraram redução de 95% e os diagnósticos de casos sintomáticos diminuíram 80%. Além disso, segundo o estudo, a imunização coletiva protegeu tanto os adultos que receberam a vacina, quanto as crianças e os adolescentes que não foram vacinados.

Por meio de negociação com o laboratório AstraZeneca, Fiocruz receberá IFA adicional para produção de mais 20 milhões de doses da vacina contra a Covid-19 no segundo semestre de 2021

O Ministério da Saúde anunciou, na sexta-feira (2), negociação realizada entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a farmacêutica AstraZeneca para aquisição adicional de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA). Com a iniciativa, a Fiocruz produzirá 70 milhões de doses de vacina contra a Covid-19, o que corresponde a 20 milhões a mais de doses previstas para o segundo semestre: "sabemos o quanto

tem sido difícil obter insumo adicional, dado o cenário internacional de escassez de vacinas e insumos. A aquisição do IFA adicional para a produção de mais 70 milhões de doses é resultado do esforço e empenho institucional, bem como da parceria que a AstraZeneca tem tido conosco desde o início, compreendendo a urgência de uma produção contínua e acelerada em nosso país", afirmou a Presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima.

Dados do Ministério da Saúde afirmam que mais de 47% da população vacinável brasileira já recebeu a primeira dose da vacina contra a Covid-19

O Ministério da Saúde noticiou, na sexta-feira (2), que cerca de 75,8 milhões de brasileiros receberam a primeira dose da vacina contra a Covid-19. Segundo o órgão, o número representa mais de 47% do público-alvo de imunização, uma vez que o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19 estima que o País possua uma população vacinável de 160 milhões de pessoas.

Dentre a totalidade de indivíduos que tomaram, pelo menos, a primeira dose do imunizante, mais de 27 milhões integralizaram o esquema vacinal. De acordo com a pasta da Saúde.

Campanha de vacinação contra a Covid-19: Ministério da Saúde iniciou nova distribuição de imunizantes aos estados e ao Distrito Federal

O Ministério da Saúde informou, na sexta-feira (2), o início da distribuição de mais de 8,1 milhões de doses da vacina contra a Covid-19, divididas entre Comirnaty/Pfizer (2,1 milhões), AstraZeneca/Oxford/Fiocruz (2,9 milhões) e Janssen-Cilag (3 milhões), aos estados e o Distrito Federal. Segundo o 26º Informe Técnico, relativo às atuais entregas, as vacinas da Janssen atenderão a 100% dos caminhoneiros, trabalhadores do transporte metroviário, ferroviário e aquaviário, 100% das pessoas em situação de rua e 17% da população em geral, com faixa etária entre 55 e 59 anos.

Os imunizantes AstraZeneca serão destinadas à primeira dose de 52,4% dos trabalhadores industriais, 70% dos trabalhadores de transporte coletivo rodoviário e passageiros urbano e de longo prazo, e à segunda dose de 6% dos idosos entre 60 e 64, e de 7,3% das pessoas com comorbidade e com deficiência permanente.

Já as vacinas Comirnaty são voltadas ao esquema vacinal de 100% dos funcionários do sistema de privação de liberdade e população privada de liberdade, 46% das forças de segurança, salvamento e Forças Armadas, 17,6% dos trabalhadores industriais e 11% de pessoas entre 55 e 59 anos.

Além dos imunizantes, o órgão inseriu na pauta de distribuição 1,2 milhão de seringas 1ml/agulha 22g destinadas para aplicação da vacina Comirnaty/Pfizer.

De acordo com o Ministério da Saúde, em 2 de julho foi ultrapassada a marca de [140 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 distribuídas para estados e municípios brasileiros](#).

[Conitec abriu inscrições para audiência pública sobre tratamento medicamentoso voltado a pacientes com casos graves da Covid-19](#)

Estão abertas as inscrições para participar de audiência pública sobre tratamento medicamentoso para casos graves da Covid-19. O evento será on-line e transmitido ao vivo, no próximo dia 8 de julho, a partir das 14h.

Para participar, basta se inscrever, até 6 de julho, no site da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec). [Link](#).

[Brasil recebeu mais 936 mil doses da vacina Comirnaty/Pfizer](#)

Chegou ao Brasil, na quinta-feira (1º), mais um lote com 936 mil doses da vacina Comirnaty, desenvolvida pela Pfizer/BioNTech. Até o momento, mais de 10,6 milhões de doses do imunizante foram entregues às unidades da Federação.

[Publicado o Boletim Epidemiológico nº 69 referente à Semana Epidemiológica 25 \(14/6 a 26/6/2021\)](#)

Com o intuito de publicizar a análise detalhada do perfil de casos e óbitos decorrentes do novo coronavírus e de dados atinentes a hospitalizações e óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) relativos à 25ª semana epidemiológica (14/6 a 26/6/2021), o Ministério da Saúde divulgou o [69º Boletim Epidemiológico Especial – Doença pelo Coronavírus Covid-19](#).

Segundo o boletim, durante a semana epidemiológica 25 (SE 25) foram registrados 503.144 casos e 11.935 óbitos por Covid-19, com taxa acumulada de incidência e mortalidade estimada em 8.683,1 casos e 242,1 óbitos a cada 100 mil habitantes. Em comparação com a SE anterior, foi verificada a redução de 1% no número de casos e de 18% nas mortes ocasionadas pela doença.

Dados da Semana Epidemiológica 25 (14/6 a 26/6/2021)

- **Número de novos casos por região:** Região Centro-Oeste – 39.990 casos; Região Nordeste – 131.426 casos; Região Norte – 22.715 casos; Região Sudeste – 191.238 casos; Região Sul – 117.775 casos.
- **Número de novos óbitos por região:** Região Centro-Oeste – 1.146 óbitos; Região Nordeste – 2.268 óbitos; Região Norte – 489 óbitos; Região Sudeste – 6.476 óbitos; Região Sul – 1.556 óbitos.

O relatório apresenta, ainda, dados sobre os casos de SRAG hospitalizados, casos e óbitos de SRAG por Covid-19, perfil de casos e óbitos por SRAG em profissionais de saúde e gestantes, variantes de atenção

e/ou preocupação, casos de reinfecção por Sars-Cov-2 e informações concernentes à vigilância laboratorial.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do Painel Coronavírus, atualizados em 4 de julho de 2021, informam que o Brasil registra 18.769.808 casos de infecção pelo novo coronavírus e 524.417 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

STF analisou liminares em mandados de segurança contra convocações e quebras de sigilo aprovadas pelo CPI da Pandemia

Após a aprovação de convocações e quebras de sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário, no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI da Pandemia), o Supremo Tribunal Federal (STF) tem julgado pedidos interpostos contra tais atos, sob a alegação de ilegalidade. Foram apreciados, até o momento, 6 habeas corpus em face de convocações ou convites para prestar depoimento e 21 mandados de segurança contra quebras de sigilo:

- **Depoimentos:**

- [HC 201912 - impetrado pelo ex- Ministro da Saúde Eduardo Pazuello](#)
- [HC 201970 - impetrado pela Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, Mayra Isabel Correia Pinheiro](#)
- HC 203387 – neste caso, foram proferidas três decisões no HC impetrado pelo empresário Carlos Wizard: [decisão](#) que autorizou a condução coercitiva do empresário; [decisão](#) que revogou a condução coercitiva; e [decisão](#) que determinou a devolução do passaporte.
- [HC 203736 – impetrado pelo Assessor Especial da Presidência da República, Filipe Martins](#)
- [HC 203801 – impetrado pela Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações \(PNI\) do Ministério da Saúde, Franciele Fantinato](#)
- [HC 203800 - impetrado pelo sócio da Precisa Medicamentos Ltda., Francisco Emerson Maximiano](#)

- **Quebras de sigilo**

- [MS 37970 – impetrado pelo ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello](#)
- [MS 37969 – impetrado pelo ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo](#)

- [MS 37978 – impetrado pelo Tenente-Médico da Marinha Luciano Dias Azevedo](#)
- [MS 37980 – impetrado pela Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Imunizações \(PNI\), Francieli Fantinato](#)
- [MS 37963 – impetrado pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, Mayra Isabel Correia Pinheiro](#)
- [MS 37972 – impetrado pelo ex-Assessor de Relações Internacionais Flávio Werneck](#)
- [MS 37975 – impetrado pela ex-Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde Camile Sachetti](#)
- [MS 37971 – impetrado pelo ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde Coronel Antônio Élcio Franco](#)
- [MS 37968 – impetrado pelo Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde, Hélio Angotti Neto](#)
- [MS 37973 – impetrado pelo Secretário de Vigilância em Saúde, Arnaldo Correia de Medeiros](#)
- [MS 37974 – impetrado pelo Assessor Especial da Presidência da República, Filipe Martins](#)
- [MS 37997– impetrado pelo empresário Carlos Wizard](#)
- [MS 37977 – impetrado pela Associação Médicos pela Vida](#)
- [MS 37962 – impetrado pelo ex-Assessor Especial do Ministério da Saúde Zoser Plata](#)
- [MS 38010 – impetrado pela empresa Aspen Farmacêutica S.A](#)
- [MS 38011 – impetrado pelo Presidente da Aspen Farmacêutica S.A, Renato Spallicci](#)
- [MS 38012 – impetrado pela Diretora da Aspen Farmacêutica S.A, Renata Spallicci](#)
- [MS 38001 – impetrado pelo representante da Precisa Medicamentos Tulio Belchior Mano da Silveira](#)
- [MS 38006 – impetrado pela agência Calia/Y2 Propaganda e Marketing Ltda.](#)
- [MS 38031 – impetrado pela Conselheira do Tribunal de Contas do Amazonas, Yara Lins, e sua filha, Teresa Raquel Rabelo](#)
- [MS 38020 – impetrado pelo ex-Coordenador-Geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde do Ministério da Saúde Alex Lial Marinho](#)

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Diário Oficial da União

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Aviso de Suspensão \(Contrato nº 29/2021 – UASG 250005\)](#) - Processo: 25000.175250/2020-85. Suspende, pelo prazo máximo de 120 dias, a execução do Contrato Administrativo nº 29/2021, publicado no DOU nº 38 de 26/02/2021, seção 3, p. 102, celebrado com a empresa BHARAT BIOTECH LIMITED INTERNATIONAL, representada nacionalmente pela empresa PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 03.394.819/0005-00, para aquisição de 20.000.000 de doses da vacina Covid-19, injetável (COVAXIN/BBV152). Fundamento Legal: artigo 8º, § único, da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 02/07/2021.

[Extrato de Doação](#) – Termo de doação. SEI n. 25000.084932/2021-61. Espécie: Doação de serviços de consultoria de tecnologia de informação e comunicação. Partícipes: UNIÃO, por intermédio da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), inscrita no CNPJ nº 00.394.544/0023-90 e ACCENTURE DO BRASIL LTDA., com sede na Rua Alexandre Dumas, 2051, Chácara Santo Antônio, São Paulo - SP, CNPJ/MF sob o n.º 96.534.094/0001-58. Objeto: Doação de serviços de consultoria de tecnologia de informação e comunicação, sem encargos, visando aprimorar o controle de suprimento de vacinas para o combate à Covid-19 no âmbito da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI) e do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis (DEIDT) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS), conforme especificado em seu Anexo I. Fundamento legal: Decreto n. 9.764, de 11 de abril de 2019. Data de assinatura: 17/06/2021. Signatários: Pelo Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde, Gerson Fernando Mendes Pereira, Secretário de Vigilância em Saúde Substituto. Pela empresa doadora Accenture do Brasil LTDA, Renê Fabiano Parente, sócio-administrador por procuração.

[Portaria GM/MS nº 1.489, de 2 de julho de 2021](#) - torna sem efeito a autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto, para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19) disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Recife.

[Portaria PGFN nº 7.917, de 2 de julho de 2021](#) - estabelece procedimentos, requisitos e condições necessárias à realização de transação relativa ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

[Solução de Consulta nº 112, de 29 de junho de 2021](#) - Assunto: imposto sobre a importação. Certificado de Origem. Pandemia da Covid-19. A flexibilização das exigências em relação à apresentação do Certificado de Origem para fins de fruição de benefícios fiscais não inclui a dispensa de assinatura e/ou carimbo no documento, exigência essa originária do próprio Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 55.

[Resolução CTE-CMED nº 8, de 2 de julho de 2021](#) - estabelece procedimentos para a análise dos Documentos Informativos de Preço referentes aos pedidos de precificação de medicamentos novos e vacinas contra a Covid-19 no âmbito da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED); e revoga a Resolução CTE-CMED nº 06, de 21 de dezembro de 2020, e a Resolução CTE-CMED nº 05, de 27 de maio de 2021.

[Resolução RE nº 2.578, de 30 de junho de 2021](#) – Publica a anuência de notificação de medicamentos para intubação orotraqueal.

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) -

<http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bfd36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalha-dor-conheca-as-aco-es-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres –

http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing>

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portal.fns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid-19>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontra-coronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação -

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>

Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>

Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>

Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>

Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Conselho Nacional de Saúde – <http://conselho.saude.gov.br/>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>